

# Juventude rural e ensino superior: acesso, limites, possibilidades e transformações.<sup>1</sup>

GT 22: Sociologia da Infância e Juventude.

Maria de Assunção Lima de Paulo  
Universidade Federal de Campina Grande  
Cícero Natanael de Oliveira Silva  
Unidade Acadêmica de Serra Talhada- UF

## Resumo

Este artigo tem como objetivo contribuir para a compreensão dos efeitos dos programas de interiorização e expansão universitárias que estão se desenvolvendo no Brasil a partir de 2003, para a juventude rural. O lócus da pesquisa é a unidade acadêmica de Serra Talhada, localizada na mesorregião do Sertão do Pajeú, Pernambuco- Brasil. Esta unidade foi criada no ano de 2006 e agrega nove cursos, tendo como público-alvo principal a população em idade escolar para o ensino superior da região e do seu entorno. Buscamos discutir os limites e possibilidades de inserção desses jovens que, vivendo no interior dos pequenos municípios do Nordeste do Brasil, em sua maioria, sofrem com a precariedade historicamente vivenciada pelas áreas rurais desses municípios.

**Palavras-chave:** Juventude rural. Ensino superior. Acesso.

Este artigo tem como objetivo discutir como se dá a inserção de jovens rurais no ensino superior, na Unidade Acadêmica de Serra Talhada, localizada na mesorregião do Sertão do Pajeú em Pernambuco. Partindo de uma pesquisa com metodologia mista, a partir de dados quantitativos e qualitativos, buscamos compreender o acesso, os limites para inserção desses jovens nessa extensão da universidade e as possibilidades futuras percebidas por eles, tanto em termos individuais como sociais. Partimos do pressuposto que não se podem compreender as transformações sociais sem levar em conta as ações individuais, entendendo que os indivíduos são atores, agentes sociais que estão em estreita relação com a estrutura social, sendo produto e produtor da mesma (GIDDENS, 1989).

Apesar de partirmos da compreensão de que a juventude é uma fase do curso da vida socialmente construída, não podendo ser delimitada por uma idade cronológica, para efeitos desta pesquisa, assumimos os critérios adotados pelas várias pesquisas no país, ou seja, consideraremos como jovens rurais os sujeitos com idade compreendida entre 15 e 29 anos, cujas famílias residam no meio rural (distritos ou comunidades rurais). O alongamento até os 29 anos tem sido discutido pelos pesquisadores da juventude rural, porque diferente da zona urbana, no rural, a noção de juventude é prolongada até uma idade maior, pois envolve a “sucessão geracional” (WEISHEIMER, 2009, p 106), por parte dos filhos dos agricultores, que em geral é tardia e essa acaba sendo uma condição fundamental para que os jovens sejam vistos como adultos dentro da comunidade (CASTRO, 2009, p. 186). Com isso, tendo o objetivo de analisar as políticas governamentais voltadas para a juventude rural, é importante trabalhar com esta faixa etária mais elevada.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da pesquisa em curso, intitulada:. Este artigo analisa dados da pesquisa: **OS IMPACTOS DA CRIAÇÃO DA UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA PARA A JUVENTUDE RURAL DO SERTÃO DO PAJEÚ, fomentada pelo CNPq a partir do edital universal: 14/2011.**

Percebendo a inexistência de dados sobre a juventude rural naquela instituição, assim como no INEP, partimos para a construção da amostra de maneira aleatória e considerando a diversidade de cursos, períodos, gênero e lugar de moradia. Assim, aplicamos 1189 questionários com questões abertas e fechadas por meio das quais buscamos traçar um perfil dos discentes da unidade e construir a amostra de jovens rurais que ali estudam. Realizamos também entrevistas com jovens rurais oriundos de diferentes municípios do sertão do vale do Pajeú, buscando entender, por meio de suas trajetórias escolares as possibilidades e limites até chegar à universidade.

A análise desses dados nos proporciona um conhecimento mais profundo sobre a realidade dos jovens rurais do semiárido e seus sonhos e expectativas para o futuro.

### **Juventude rural: a construção de uma categoria e a formação de um ator coletivo.**

A juventude do meio rural é atualmente percebida como um dos importantes atores sociais a serem considerados como sujeitos de políticas públicas, uma vez que os jovens rurais estão sendo considerados pela academia, Estado e outras instituições, atores importantes no processo de desenvolvimento e em um projeto de nação. Para Castro, a juventude rural *juventude é*, além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social. Os processos de exclusão daqueles identificados como *jovens* são complexos e envolvem a intercessão de questões de classe social, gênero, raça, etnia, sexualidade e, como veremos, o lugar aonde se vive.

Nas últimas duas décadas, os estudos sobre a juventude rural vêm ganhando fôlego e as pesquisas demonstram que os jovens rurais são atores sociais que constroem identidades particulares em meio a coletividades rurais e em relação a outras juventudes, mas que, apesar disso, esta é uma categoria que necessita ainda ser melhor compreendida.

A juventude rural é pensada como específica por viver no meio rural e construir nele e a partir dele suas visões de mundo, de si e do outro, por vivenciar problemas específicos do seu meio, que evidentemente, também se diferencia de um país para o outro, de uma região para a outra, de um município para o outro e de um rural para o outro, uma vez que esse meio é multifacetário e multidimensional e, portanto, heterogêneo (WANDERLEY, 2009).

É importante, portanto, contextualizar o meio rural no qual esse jovem se inclui e compreender o processo histórico que o forjou e suas contradições. Como afirma Wanderley, o meio rural que envolve os pequenos municípios do Nordeste do Brasil, é marcado pela precariedade de acesso a bens e serviços, sendo o transporte uma das maiores carências dessas de suas populações. Nesse sentido, a distância do rural onde vive em relação ao meio urbano, também faz diferença no processo de construção de sua identidade, nos sonhos e projetos, nas escolhas profissionais e nas possibilidades de realização, sendo o acesso a educação a principal delas. Para além das discussões acerca da operacionalidade do conceito de juventude rural, as questões que emergem no debate sobre juventude rural sempre perpassam o acesso desta à educação.

Abramovay (1998) e Ferrari et. All. (2000), demonstram que existem vários determinantes para definir as escolhas dos jovens rurais no que se refere à decisão de ficar ou de sair do seu meio. Se antes, essa decisão era quase que totalmente orientada pela família, como coletividade, hoje, além desta, outros elementos devem ser considerados para entendê-la: a educação no meio rural, a diferenciação social e a precarização das condições das unidades produtivas, além de não se poder deixar de levar em consideração as dimensões de gênero e geração nas relações familiares e nos processos sucessórios. Há, segundo os autores, uma importante associação entre a pobreza, a escolaridade, a idade, o gênero e o futuro profissional dos jovens rurais.

Em pesquisa sobre juventude rural realizada no Estado de Pernambuco, Wanderley (2006) parte do pressuposto que os problemas vivenciados pelos jovens rurais têm dimensões distintas dos vividos pelos jovens urbanos, especificamente por pertencerem ao meio ambiente social rural.

No entanto, segundo a autora, os problemas não são vivenciados em todas as regiões do país da mesma forma. Assumindo que há uma imensa diversidade de jovens rurais no Brasil, para Wanderley (2006), apesar de haver entre os jovens rurais e urbanos muitas semelhanças no que se refere aos sonhos de vida futura, o gosto por conviver em grupos de amigos e até o estilo de roupa, tais semelhanças não diluem as diferenças relativas à especificidade de viver no meio rural e fazer parte de uma família camponesa.

A pesquisa realizada por Paulo (2010) demonstra não haver uma juventude rural, mas uma multiplicidade de situações juvenis rurais que são delimitadas pelas condições socioeconômicas das famílias, acesso à educação, gênero e localização da comunidade onde mora em relação à cidade. Isto faz diferença se esta for uma cidade grande, média ou pequena.

Especificamente no Sertão Paraibano e Pernambucano, Silva e Menezes (2007) vêm pesquisando a migração dos jovens rurais daquela região para o corte da cana de açúcar no sudeste do país e percebendo como esta interfere nas vidas desses jovens, sua família e suas redes de amizade. De acordo com os autores, a migração adotada por grande parte dos jovens, decorre da sua pouca oportunidades de trabalho em outras atividades, uma vez que não possuem qualificação profissional e se constitui um meio de possibilitar de alguma forma a permanência da família no meio rural com alguma condição de acessar bens que, vivendo apenas do trabalho ali, não conseguiriam. De um rural para o outro, os jovens saem dos seus “espaços de vida” para se inserir no espaço da alta exploração do agronegócio da cana de açúcar, o que demonstra a heterogeneidade do meio rural brasileiro.

Em estudo recente sobre a educação em assentamentos rurais do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNERA, 2005), foi demonstrado que de 2,5 milhões de entrevistados, 64% têm até 30 anos. Destes, 38,8% frequentam escolas (987.890), dos quais 48,4% na etapa de 1ª a 4ª série do ensino Fundamental (representando 95,7% da população com idade para estar matriculada nestas séries); 28,5% estão frequentando da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, e 8% o Ensino Médio e Profissionalizante.

Analisando os dados da pesquisa do Projeto Juventude, produzido pela fundação Perseu Abramo, Maria José Carneiro (2005) tece algumas considerações acerca da juventude rural: Segundo ela, há uma maior valorização da educação por parte desta parcela da juventude como condição para acessar emprego e esta, está em grande parte mais associada a um afastamento da atividade agrícola. Ainda segundo ela, os jovens rurais, em grande parte, estão ligados a condições precárias de contratos de trabalho o que demonstra que o investimento na educação, apesar de ser um desejo, não faz parte da vida da maioria desses jovens (CARNEIRO, 2005).

Em sua pesquisa, Wanderley (2006) constatou-se que apenas 1,6% dos jovens rurais da amostra de mais de 600 jovens são estudantes de faculdade. E a maior parte destes, estuda em faculdades privadas, muitos fazem seus cursos em regime semipresencial, tendo aulas apenas nos fins de semana.

Castro (2005), em pesquisa desenvolvida em assentamento rural no Estado do Rio de Janeiro, percebeu que a principal queixa dos jovens rurais no que se refere ao acesso à escolarização é a distância entre o domicílio e as escolas. Também no pequeno município de Orobó, PE, os jovens lamentam a dificuldade de acesso à faculdades e universidades o que faz com que poucos destes deem continuidade aos estudos ou, mesmo quando o fazem, cursam em faculdades privadas e em regime semipresencial, cursos que não são necessariamente o seu desejo.

Por fim, diante da escassa bibliografia sobre a inserção da juventude rural no ensino superior, se percebe que esta necessidade tão abordada pelos jovens, não tem sido objeto de interesse dos estudos, assim como não tem sido causa de preocupação específica do Estado, uma vez que os dados do INEP e das universidades não destacam essa categoria juvenil, não havendo dados que nos levem a identificar

seu acesso. Todavia, com a política de interiorização das universidades federais desenvolvida no governo Lula, assim como a política de expansão das universidades, regiões com grande concentração de populações rurais, perceberemos com mais ênfase as desigualdades de oportunidade entre o rural e o urbano no que se refere ao acesso à educação superior.

### **Os programas de interiorização e expansão das UFES e a criação da Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UFRPE.**

Até 2006, No Estado de Pernambuco, as universidades públicas federais estavam concentradas na Capital, o que dificultava ou até impedia jovens de várias regiões do Estado de sequer chegar a tentar ingressar nas mesmas.

O governo Lula marcou uma mudança na política de educação superior estendendo o acesso às populações de classes sociais menos favorecidas e para as populações mais afastadas dos grandes centros. Numa primeira fase, denominada de Expansão I, que aconteceu no período de 2003 a 2007, o objetivo principal era interiorizar o ensino superior público federal, o qual contava, até o ano de 2002, com 45 universidades federais e 148 campi/unidades. Na segunda fase, com o objetivo de prover as universidades das condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, foi criado, pelo Decreto nº 6.096/2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Segundo o sítio oficial do programa, “suas ações contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção e inovações pedagógicas e o combate a evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país”.

O projeto de interiorização da Universidade Federal Rural de Pernambuco criou a Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST em 2006. A partir de 2007, a unidade passou a participar da política nacional do REUNI<sup>2</sup> (Reestruturação e expansão das Universidades Federais), ampliando sua oferta de cursos. Atualmente, a Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE oferece os seguintes cursos de graduação: Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Ciências Biológicas, Ciências Econômicas – Ênfase em Economia Rural, Engenharia de Pesca, Sistemas de Informação, Licenciatura Plena em Química, Administração, Zootecnia e Licenciatura em Letras. Entre as missões assumidas pela instituição, está a de contribuir para o desenvolvimento dos municípios que integram o sertão do Pajeú, visando atender as demandas de conhecimento e trabalho.

Este processo atingiu quase todas as regiões do país expandindo o número de vagas, cursos, criando novas universidades e extensões de universidades já existentes. O objetivo é democratizar o acesso e permanência dos ingressos nas Universidades de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendidas como partes integrantes de um projeto de nação (BRASIL, 2007).

A interiorização das Universidades para regiões que atendessem aos municípios médios e pequenos visava também o desenvolvimento dessas regiões, uma vez que o papel da Universidade não se restringe ao ensino, mas, estando ela compreendida em três pilares, visa a pesquisa e a extensão, que em última instância, tem por função colaborar para o desenvolvimento sustentável dessas regiões.

Sousa e Silva (2010), analisando a expansão da Universidade através do programa REUNI, consideram que ela representa um avanço em termos de democratização desta modalidade de formação, por meio da ampliação de seu acesso, através do aumento das vagas ofertadas e da interiorização das

---

<sup>2</sup>Em 2007, dentro da política nacional de educação superior, no Brasil, foi lançado o projeto de Reestruturação e expansão das Universidades Federais: REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 que objetivava, entre outras coisas, a “construção de novos saberes e de vivência de outras culturas, de valorização e de respeito ao diferente” (BRASIL, 2007).

universidades, é fato que se tem muito ainda a avançar, principalmente no trato da ideia de democratização.

Ademais, a inserção das unidades acadêmicas em regiões com uma grande população rural, tem como objetivo democratizar para essa população, o ensino superior de qualidade que venha a contribuir com os indivíduos e com a região. De acordo com Pereira (2011), apesar de uma maior democratização em termos de quantidade, é necessário saber o aspecto qualitativo, no qual importa saber as condições efetivas de permanência qualificada desse contingente que está chegando à universidade. Para ele, com a inclusão de classes populares na educação superior, se faz necessária uma pedagogia que consiga dar conta da qualidade da produção de conhecimento com qualidade, a partir das condições de acesso aos bens simbólicos que este público teve acesso.

O município de Serra Talhada, onde está fundada a Unidade Acadêmica, está localizado na mesorregião do Sertão do Pajeú pernambucano, no semiárido Brasileiro, que apresenta como um de seus principais problemas o processo de desertificação e a vulnerabilidade de parte das populações rurais. O Sertão do Pajeú abrange uma área de 13.350,30 km<sup>2</sup> e é composto por 20 municípios, sua população total é de 395.293 habitantes, dos quais, 153.673 vivem em áreas rurais, o que corresponde a 38,88%<sup>3</sup>.

O novo mapa da pobreza no Brasil (BRASIL, 2011) demonstra que as regiões Norte e Nordeste concentram os maiores índices de pobreza e esta é mais grave no meio rural. “Embora apenas 15,6% da população brasileira resida em áreas rurais, dentre as pessoas em extrema pobreza, elas representam pouco menos da metade (46,7%)” (BRASIL, 2011).

A educação é entendida pelos vários estudiosos, como o principal mecanismo de diminuição das desigualdades sociais e nesse sentido, o acesso à mesma deve ser democratizado.

Percebendo a universidade como uma instituição social, definida por uma prática social determinada por sua instrumentalidade, Marilena Chauí, enfatiza a sua importância em uma sociedade democrática e aponta o caráter de autonomia e a universalidade, tendo a sociedade como seu princípio de referência normativa, como uma característica particular desta instituição. Para ela, existe uma relação entre a sociedade e a universidade que lhe confere legitimidade.

No entanto, para a autora a universidade esta se restringindo a uma organização, que busca meios eficazes para atingir fins utilitários e critica a forma como a docência e pesquisa veem sendo pensadas a partir de um modelo de fragmentação competitiva. Ao perder sua universalidade as universidades perde seu caráter de instituições comprometidas com a vida de suas sociedades e articuladas a poderes e direitos democráticos que é a sua real função. Além disso, Chauí critica a implementação de estratégias para flexibilizar e diversificar a oferta de ensino superior que busquem definir seu perfil apenas com o fim de desenvolver competências para o mercado, sem priorizar a universidade como instituição social (CHAUI, 1999).

Um dado importante para observarmos os efeitos desse processo de democratização do ensino superior para o jovem rural seriam as estatísticas de jovens rurais inseridos nesses campi, no entanto, percebe-se um hiato nas estatísticas sobre o papel das universidades para o meio rural, uma vez, que as estatísticas do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais), e do senso realizado pelas universidades Federais, a variável origem rural, não é considerada. Ou seja, apesar de sabermos a origem dos estudantes em termos de municípios, não sabemos quantos destes são da zona rural. Isto reforçou a necessidade de um estudo que viesse contribuir com essa visibilidade, uma vez que como vimos, existem profundas diferenças entre o rural e o urbano em termos de acesso a estes serviços e a determinadas políticas, bem como a tecnologias etc., mesmo nos pequenos municípios (PAULO, 2010). Foi nesse sentido que desenvolvemos a primeira etapa da pesquisa junto aos discentes da UAST.

---

<sup>3</sup>Fonte: Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>).

## **A juventude rural do Sertão do Pajeú e sua inserção na Unidade Acadêmica de Serra Talhada.**

Aplicamos 1189 questionários, o que corresponde a 47,5% dos alunos matriculados no primeiro período de 2012 na UAST, momento em que realizamos a parte quantitativa da pesquisa. Buscando atingir equidade de aplicação dos questionários por curso, semestre, turno e gênero. Os questionários foram distribuídos aleatoriamente entre os cursos de acordo com o número de alunos matriculados e em atividade em cada um deles, com o seguinte resultado: 134 do curso de Bacharelado em Administração, 171 de Bacharelado em Agronomia, 166 de Bacharelado em Ciências Biológicas, 112 de Bacharelado em Ciências Econômicas, 128 de Bacharelado em Sistema de Informação, 92 de Bacharelado em Zootecnia, 119 Engenharia de Pesca, 145 de Licenciatura em Letras e 122 de Licenciatura Plena em Química.

De acordo com os dados, a unidade acadêmica tem atendido prioritariamente jovens da região do Sertão do Pajeú e municípios do entorno nos Estados de Pernambuco e Paraíba, sendo 58,6% desta mesorregião. Entre os jovens rurais, 68,3% tem sua origem no Sertão do Pajeú, enquanto 31,7 de outros municípios. O que nos leva a concluir que a unidade tem cumprido com a função de democratizar o acesso ao ensino superior no interior daquele Estado.

No entanto, quando retiramos daí a amostra de jovens oriundos do meio rural, percebemos que o acesso é muito inferior. Entre os 1189 jovens pesquisados, 965, 81% discentes responderam ser da zona urbana e 221 do meio rural, o que corresponde a apenas 19% dos discentes e destes, 97,3% estão dentro da faixa que aqui consideramos jovens. Esse dado nos chama atenção, pois se por um lado, a UAST proporciona o acesso aos jovens do seu entorno, estes não estão nas zonas rurais, o que confirma a hipótese que nos levou a realizar essa pesquisa: apesar de a unidade acadêmica de Serra Talhada estar fincada no semiárido, em um município intermediário, cercado por pequenos municípios (17 dos que pertencem à mesorregião do sertão do vale do pajeú) denominados de municípios rurais, que possui a maior parte da sua população vivendo nas zonas rurais, menos de um terço das vagas preenchidas pela unidade acadêmica, que é formada por vários cursos com especialidade no rural, é ocupada por jovens rurais.

Dos 202 que responderam que a residência da família é no meio rural, 138 moram atualmente no meio urbano e 64 no meio rural. O que mostra um grande deslocamento do meio rural para o meio urbano, sendo que 75,8% foi em decorrência dos estudos, demonstrando também a grande dificuldade de se morar no rural para ter acesso ao ensino superior.

Ao entrevistar os jovens estudantes sobre sua trajetória escolar, as dificuldades de acesso a educação foi uma característica comum entre eles, sendo maior entre os filhos de agricultores camponeses.

Como é o caso do jovem que chamamos de Adriano, do município de Serra Talhada. Adriano considera-se um jovem do meio rural, “ainda me identifico como um jovem do meio rural, porque morei muito tempo no meio rural, sempre fui de lá, meus pais moram ainda no meio rural”. Casado, tem um filho e atualmente trabalha em um órgão municipal. Morou na zona rural até os vinte anos, tendo saído para trabalhar na cidade e não havia transporte no horário que precisaria. De acordo com seu relato, não seria fácil morar neste sítio e estudar na UAST indo e voltando todos os dias, pois seria muito cansativo e caso fosse fazer este percurso teria que ir para uma vila, a uns quatro quilômetros de sua residência, lá pegaria o transporte que traz para a cidade de Serra Talhada e, depois, precisaria pegar o ônibus dos estudantes do município. Só seria possível continuar morando lá se possuísse um transporte particular. O rapaz se queixa da distância da falta de políticas públicas e de oportunidade para os jovens rurais estudarem. Apesar de morar no mesmo município onde está sediada a UAST, o jovem só consegue estudar se deslocando para a sede do município, condição que nem sempre é

possível e envolve uma escolha do jovem. Só é possível estudar se deixar de participar das atividades na unidade de produção de sua família, condição que muitas vezes impedem o rapaz, principalmente, de dar continuidade aos seus estudos. A dificuldade de deslocamento é um dos maiores empecilhos para que os jovens rurais cheguem à universidade.

Logo para cursar a segunda fase do ensino fundamental esses jovens precisam se deslocar para as sedes dos seus municípios ou de outros. Em geral enfrentam o trajeto em um transporte inapropriado para tal, o caminhão pau de arara. Para a universidade, não há outra alternativa a não ser morar na sede de seu município para ter acesso ao transporte ou em Serra Talhada.

Esta situação é vivenciada pela maioria dos jovens rurais discentes da UAST. Entre os 202, 194 (89,4%) estudaram na zona urbana e 23 (10,6%) em escolas no meio rural. No geral, 95,3% estudaram o ensino médio em escola na zona urbana e 4,7% em escolas da zona rural.

Esta situação é preocupante por dois motivos: primeiro, como outros estudos já demonstram, a qualidade das escolas públicas de ensino médio é baixa, quando relacionadas com as privadas e isso se torna mais problemático quando falamos do meio rural, que não as possui. Além disso, o deslocamento desses jovens para o meio urbano sem nenhuma preocupação com um a construção de um conhecimento contextualizado, leva muitos jovens a valorizarem outros conhecimentos em detrimento da socialização na agricultura familiar, o que nos leva a concluir, que acesso aos estudos significa saída e não fortalecimento dessa profissão e desse modo de vida.

No que se refere à faixa-etária, os discentes da unidade estão dentro do que tem se considerado a idade média de acesso a este nível de ensino. 94,1% dos discentes estão dentro do intervalo de 20 a 24 anos o que possui a maior quantidade de estudantes, representando 54,2% do total. Considerando apenas a população do meio urbano, 93,3% são jovens e 6,7% estão acima dessa faixa etária. Na população do meio rural, a porcentagem de jovens aumenta, consideravelmente, para 97,3%, e os acima dessa faixa etária representam apenas 2,7%.

Entre a população de discentes do meio rural, o número de estudantes do sexo feminino é 20% maior que a de homens, representando 60% contra 40% do sexo masculino. A saída das moças para estudar é uma realidade percebida no sul do país, que está levando a um fenômeno denominado como masculinização do campo (weisheimer, 2009 brummer, abramovay), as explicações para esta maior inserção das mulheres na educação superior tem algumas explicações: primeiro, tradicionalmente, os papéis reduzidos a mãe e esposa, assumidos pelas mulheres, o fato de seu trabalho ser pouco valorizado na unidade familiar e a sucessão do pai na agricultura, sendo a saída para os estudos uma compensação para as mesmas e uma diminuição das responsabilidades dos pais em relação a herança (carneiro, 2005). Outro motivo diz respeito à necessidade dos jovens do sexo masculino de ajudarem os pais na agricultura, além da exigência social de que o jovem rapaz adquira logo recursos financeiros que o possibilite afirmar sua masculinidade. Isto leva a uma necessidade de busca de atividades remuneradas dentro ou fora da sua comunidade, o que explica também o alto grau de migração de jovens da região para o corte da cana no sul do país (silva, menezes).

Outra questão a ser considerada é a própria socialização para o casamento que acontece logo cedo entre as moças e rapazes do meio rural, o que os leva a formarem família e interromper os estudos. Em geral, as moças entrevistadas são exemplo em suas comunidades rurais, sendo muitas vezes as únicas a conseguirem acessar o ensino superior.

Os alunos do meio rural são, em sua grande maioria, filhos de agricultores. As profissões mais citadas foram agricultora (61,8%) dona de casa (12%) e professora (11,5%). A profissão dos pais dos alunos do meio rural, a mais frequente foi agricultor (85,7%) e motorista (3%). No geral, a profissão mais frequente, tanto para as mães quanto para os pais, foi a de agricultor (a). Destes, 259 (63,3%) possuem terra própria e 150 (36,7%) não possuem terra.

No que se refere ao Estado civil, da população do meio rural, 208 (94,5%) alunos são solteiros, 11 (5%) são casados e 01 (0,5%) mora junto com um parceiro. Na população rural não havia nenhum viúvo.

Dos que residem atualmente no meio urbano, 1099 (99,3%) utilizam transporte para se deslocar até a Universidade, sendo que 61,7% usam transporte coletivo, que se refere ao ônibus que traz os estudantes da cidade de Serra Talhada para à unidade acadêmica cobrando um preço por passagem; 15,7% usa transporte intermunicipal, que trazem estudantes de outros municípios, muitas vezes pagando por um valor fixo; 10,9% transporte próprio; 10,3% transporte público, que pode ser da cidade de Serra Talhada ou outros municípios, onde os estudantes são isentos do pagamento pelo uso; e 1,4% responderam mais de um tipo de transporte. Entre os que residem no meio rural, 69 (86,3%) utilizam transporte para chegar à Universidade e 11 (13,8%) não utilizam, sendo 32,7% transporte privado; 28,8% transporte coletivo; 13,5% transporte intermunicipal; 10,6% transporte público e 14,4% responderam mais de um transporte. Dos que responderam mais de um, 32 alunos utilizam dois tipos e 05 utilizam três tipos.

A questão do transporte é uma dos problemas enfrentados por esses jovens, pois além da dificuldade de conseguir, os alunos são submetidos aos horários e dias dos mesmos, restringindo a carga horária de aula principalmente no período noturno.

Das bolsas que a Universidade disponibiliza, 793 (68%) dos discentes não possuem nenhuma e 373 (32%) possuem algum tipo. Entre os que não possuem, 84,2% são do meio urbano e 15,8% do meio rural. Entre os que possuem, 74,5% são do meio urbano e 25,5% do meio rural. Dos estudantes do meio urbano, 70,6% não possuem bolsa e 29,4% possuem. Utilizando apenas os estudantes do meio rural, 56,8% não recebem bolsa e 43,2% recebem de algum tipo.

Entre a população do meio rural, 59 (31,4%) trabalham e 129 (68,6%) não trabalham. Usando apenas os de origem rural, na pergunta referente a se eles ajudavam os pais na agricultura, 78 (59,5%) responderam que não ajudar e 53 (40,5%) disseram que ajudam. Diferenciando entre os homens e as mulheres, 23 (40,4%) dos homens não ajudam na agricultura e 34 (59,6%) ajudam. Entre as mulheres, 55 (74,3%) responderem que não e 19 (25,7%) que sim. Comparando os dois gêneros, há uma grande diferença entre os que contribuem com os pais na agricultura, isto pode ser explicado pelo fato da ocupação das mulheres, na maioria da vezes, está ligada apenas aos afazeres domésticos.

Das famílias dos universitários de origem do meio rural, 28% recebem até um salário mínimo, 46%, maior porcentagem, recebe até dois salários mínimos, 11% ganha até três salários, 10% chega à quatro salários, 1% recebe à cinco e 4% recebem seis ou mais salários mínimos.

Entre as famílias do meio urbano, 19,4% possuem algum benefício, e entre a famílias do meio rural, 47,1% são beneficiadas. Todos os jovens entrevistados afirmam que esses benefícios são essenciais para a família, chegando muitas vezes a ser a única fonte de renda segura.

Um dado é importante para pensar a importância do acesso desses jovens à universidade, eles pensam em voltar para o seu meio ou ficar em sua região e contribuir para o seu desenvolvimento. Percebem alguma oportunidade e querem construir outras, embora muitos considerem que a universidade ainda dá a formação necessária para que eles compreendam e transformem a realidade do semiárido.

Se o papel da universidade é contribuir para o desenvolvimento da região, ela só pode cumprir esse papel de forma efetiva, se o Estado perceber a necessidade de uma integração de políticas públicas que proporcionem equidade de condições para o meio rural. A democratização da educação só se efetivará quando esses jovens tiverem condição, sem ter que deixar seu espaço, de acessar o ensino superior e encontrar nele a produção de um conhecimento contextualizado, que proporcione um olhar para as potencialidades do seu meio, sem perder a qualidade do que é produzido universalmente.



### Questões em debate:

A problemática que envolve o acesso dos jovens rurais ao ensino superior é complexa e impossível de ser discutida no espaço de um artigo. Buscamos aqui trazer alguns dados que dentro das questões que envolvem a juventude rural e o ensino superior, nos dê margem para pensar e discutir o acesso, o tipo de educação, o papel da universidade e o desenvolvimento das regiões que estão sendo beneficiadas com os programas de interiorização e expansão das universidades federais.

### Referências:

BRASIL. *Expansão das Universidades Federais: o sonho se torna realidade!*. Brasília: Imprensa Nacional, 2007. 103 p.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. *Políticas Públicas de Universidade*. Brasília: Imprensa Nacional, 2013. 35 p.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-54.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-261.

CASTRO, E. G. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político**. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Colômbia, v. 07, n. 01, 179-208, enero-junio, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Universidade Pública sob Nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Nº 24, 2003.

IBGE. *Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 14 mar. de 2013.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.) **Juventude e Sociedade. Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, I. J. C. A jovem rural e o mundo do trabalho na atualidade: desafio para a extensão rural. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3, 2008, Campina Grande. *Anais...* Campina Grande: UFCG, 2008. p. 01-15.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Imprensa Nacional casa da moeda: Lisboa: Portugal, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Construção Sociológica da Juventude**: alguns contributos. *Revista Análise Social* V. XXV (101-106), 1990. p. 139 -165.

PAULO, M. de A. L. de. **Juventude Rural**: construções identitárias. Recife: UFPE, 2011. 322 p.

\_\_\_\_\_.

**OS IMPACTOS DA CRIAÇÃO DA UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA PARA A JUVENTUDE RURAL DO SERTÃO DO PAJEÚ**. Projeto de pesquisa. Serra Talhada, 2011.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. Classes populares no ensino superior brasileiro: desafios políticos e pedagógicos. In: BENINCÁ, Dirceu(org). Universidade e suas Fronteiras. São Paulo: Outras expressões, 2011

SILVA, M. S.; COVER, M. **A migração dos jovens rurais no Alto Sertão da Paraíba**: tramas de dominação, resistência e reconfiguração das relações no meio rural. In: IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010, Curitiba. IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010.

SOUZA, Felipe de Paula; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. **Da proposição á vivência**: a experiência da nova modelagem curricular da Universidade Federal de Alagoas no alto Sertão Alagoano. In: quarto colóquio Internacional Educação e contemporaneidade: Aracaju, 2010.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 24, p. 26-39, 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-33.

\_\_\_\_\_. Urbanização e Ruralidade: Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural: Estudo Preliminar Sobre os Pequenos Municípios em Pernambuco. In: LOPES, E. S.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E.M. **Ensaio de Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Embrapa Tabuleiros Costeiros/ UFS: Sergipe, 2002.p.21-40.

\_\_\_\_\_. **Olhares sobre o “Rural” Brasileiro**. *Revista Raízes*. Vol.23, nºs 1,2- 2004.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2009.